

Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos

Urbanization trends and non-metropolitan urban spaces

Renato Pequeno
Denise Elias

Resumo

No Brasil, com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, ocorre uma descentralização da produção, acirrando a divisão territorial do trabalho, resultando em redefinições urbanas e regionais de várias naturezas. Os estudos sobre os espaços urbanos não metropolitanos em diferentes regiões do país representam um dos caminhos necessários para avançar na compreensão da complexidade da realidade brasileira contemporânea. O presente texto reflete parte de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto alguns desses espaços e tem como objetivo principal apresentar uma das características que se tem mostrado recorrente a todas as cidades estudadas, qual seja, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais. A moradia é a variável principal escolhida para análise.¹

Palavras-chave: urbanização; espaços não metropolitanos; cidades médias; desigualdades socioespaciais; moradia.

Abstract

In Brazil, the expansion of systems objects which attempts to bring productive investments fluidity for the territory results in production decentralization and provides the work territorial division, resulting in urban and regional redefinitions of several natures. The studies on non-metropolitan urban spaces in different country areas represent one of the necessary ways of moving forward in the understanding of the complexity of the contemporary Brazilian reality. This text reflects part of an ongoing research that has as object some of these spaces and as main target presenting one of the recurrent characteristics to all studied cities whatsoever, the probing of social-spatial inequalities. Housing is the main variant chosen for analysis.

Keywords: urbanization; non-metropolitan spaces; medium size cities; social-spatial inequalities; housing.

Introdução

No Brasil, entre 1940 e 1980, deu-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, caracterizando a denominada passagem do Brasil rural para o Brasil urbano. Com a expansão dos sistemas de objetos e sistemas de ação (Santos, 1996) voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, os fatores locais clássicos são redimensionados, ocorrendo uma descentralização da produção.

Nesse contexto, até a década de 1980, muitos lugares que, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, compunham o que Santos (1993) chamou de “exército de lugares de reserva”, tornam-se atrativos à produção moderna e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diferentes ramos da economia. Acirra-se, assim, a divisão territorial do trabalho e das trocas intersetoriais, resultando em reestruturas urbanas e regionais de várias naturezas e magnitudes por todo o território nacional.

Diante das novas características econômicas e territoriais do Brasil, os antigos esquemas utilizados para classificar a sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas que, até hoje, são amplamente empregados, necessitam de uma revisão que dê conta da complexidade da realidade atual.

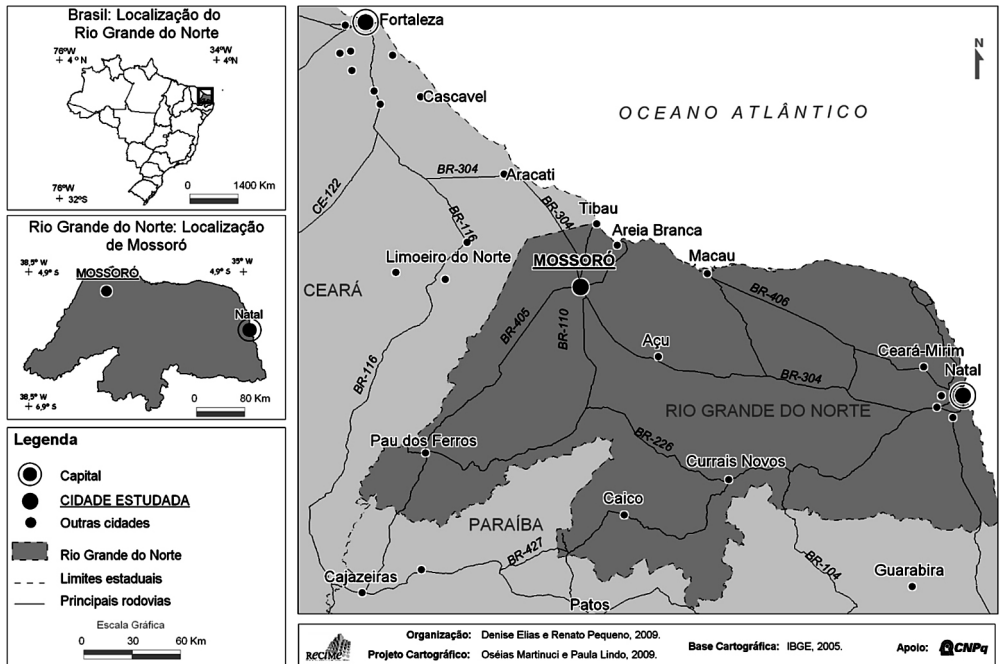
Entre os caminhos para avançar nesse sentido, destacamos a premência de estudos não só sobre as metrópoles ou suas respectivas regiões metropolitanas, mas também sobre a ampla gama de espaços urbanos não metropolitanos que apresentam grande dinamismo

econômico nas últimas três décadas, sejam associados à difusão do agronegócio, do comércio e dos serviços especializados, seja à descentralização da produção industrial. Com a generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território que o Brasil atinge no final do século XX, os trabalhos de investigação científica sobre esses espaços em tais condições têm sua relevância reforçada.

O presente texto reflete, por um lado, parte de uma pesquisa desenvolvida de 2006 a 2009.² A pesquisa tem como objetivos principais: a) analisar as diferentes funções desempenhadas por um conjunto de espaços urbanos não metropolitanos escolhidos para estudo; b) avaliar as diferenças entre eles, distinguindo os que mais rapidamente se modernizam daqueles que mantêm papéis regionais herdados de período histórico anterior; c) realizar uma pesquisa que contribua para o adensamento da reflexão sobre as novas tendências da urbanização brasileira e amplie os conhecimentos sobre os espaços urbanos não metropolitanos, em diferentes regiões brasileiras.

Neste texto, temos como principal objetivo apresentar algumas das evidências já constatadas a partir de um dos temas da pesquisa, qual seja, o do aprofundamento das desigualdades socioespaciais no espaço urbano, tendo na moradia a variável principal escolhida para análise, apresentando um conjunto de processos adjacentes.³ Como objeto de análise, temos a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, na qual vários dos processos supracitados como importantes para análise da pesquisa maior se destacam, evidenciando as especificidades e as singularidades que a caracterizam (Figura 1).

Figura 1 – Mossoró – Situação geográfica



São apresentados alguns elementos metodológicos utilizados, visando a contribuir com a formulação de uma síntese que possa nortear as similaridades entre as realidades percebidas nos diferentes municípios analisados na pesquisa como um todo. São discutidos, também, os principais processos até aqui constatados, objetivando-se sistematizar o conjunto de pressões que levam à ocorrência dos mesmos, assim como os impactos

derivados e as possíveis respostas até aqui propostas pelos diferentes agentes produtores do espaço.

O arcabouço teórico-conceitual para a explicação de tais processos e impactos socioespaciais encontra-se em construção, até porque muitos ainda estão em curso. Mas acreditamos ser possível citar alguns caminhos, sempre com o objetivo de avançar na análise e na síntese dos mesmos.

Mossoró: entre verticalidades e horizontalidades

Entre as partes do Brasil recentemente incorporadas aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diferentes ramos da economia, destacaremos aqui um exemplo do semiárido brasileiro que, na sua maior parte, permaneceu à margem de tais circuitos até pouquíssimo tempo.

Mas, desde a década de 1980, de forma intensa, essa área assume novos papéis na divisão internacional do trabalho e tem ramos econômicos inseridos na dinâmica da produção moderna e vive, desde então, importantes transformações socioespaciais (Elias e Pequeno, 2006, 2007), incluindo o próprio discurso sobre suas possibilidades econômicas. Poderíamos dizer que, em algumas instâncias, busca-se construir um novo imaginário social sobre algumas de suas partes, consideradas com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas oportunidades para alguns negócios, em geral associados às riquezas naturais dessa região.

Partes do semiárido passam a ser consideradas, a partir desse momento, como fração do espaço do planeta cada vez mais aberta às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos. Isso é ainda mais verdade no relacionado aos mercados, cada vez mais longínquos e competitivos; aos preços, alguns geridos pelas principais bolsas de mercadorias do mundo; aos pacotes tecnológicos adotados, muitas vezes induzidos pelos interesses de multinacionais hegemônicas nos respectivos ramos, e, sobretudo, no referente aos centros

de decisão e comando, todos localizados fora da região e mesmo fora do país.

Contribuem para tal as políticas promovidas pelos governos federal, estadual e municipal, as quais têm alocado recursos em infraestrutura necessária ao incremento da economia, bem como garantido subsídios que possam atrair empresários de diferentes setores. Nesse particular, não podemos deixar de destacar a forte representação que Mossoró possui, há décadas, nas diferentes instâncias dos poderes estaduais e mesmo no congresso nacional, com os “filhos da terra” fazendo-se presentes enquanto deputados federais e mesmo senadores, beneficiando totalmente a cidade na vinda de recursos públicos. Estudos de Felipe (2001) comprovam tal afirmação.

Mossoró (RN) e ampla região sob sua influência estão entre as novas áreas dinâmicas do Brasil, nas quais é possível observar as transformações na produção que se processa, cada vez mais, com utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, principais forças produtivas do presente período histórico, sendo visível a substituição crescente do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1988, 1996), com forte incremento da urbanização e do tamanho da cidade. Entre nossas principais preocupações nesta pesquisa, está justamente compreender a dinâmica dessa urbanização, especialmente a partir dos novos agentes econômicos.

Mossoró, em pleno semiárido brasileiro, é a segunda cidade mais importante do Rio Grande do Norte. Localiza-se no noroeste potiguar, entre duas regiões metropolitanas, Fortaleza (CE) e Natal (RN), e dista cerca de 200 km de cada uma. Conta hoje com cerca de 220 mil habitantes e encabeça uma área de influência

regional com mais de um milhão de habitantes, composta por cerca de 75 municípios, especialmente do próprio estado, mas também do Ceará e da Paraíba,⁴ em especial para a prestação de serviços e atividades comerciais.

Na área de influência de Mossoró, realiza-se parte dos circuitos espaciais da produção (Santos, 1986) de três importantes atividades econômicas, que apresentam destacado crescimento desde a década de 1980 e juntas são responsáveis por parte do crescimento urbano desse município e por significativas reestruturações urbanas e regionais. Trata-se do agronegócio da fruticultura tropical (especialmente melão e banana); da exploração do petróleo e do gás natural e da extração e beneficiamento do sal.

Das três atividades, a extração de sal é a que ocorre há mais tempo, cerca de um século, tendo passado por forte reestruturação produtiva na década de 1970, comandado por capitais externos, nacionais e multinacionais, de destaque no ramo, resultando em significativas metamorfoses no processo produtivo, assim como em forte concentração no setor, que passou a se constituir por cerca de 1/4 do total de empresas existentes antes do processo de reestruturação.

As outras duas atividades, por sua vez, poderíamos dizer que estão entre as mais recentes e importantes realizadas em Mossoró e região, fruto, em parte, das novas possibilidades produtivas advindas da revolução tecnológica e da fluidez do espaço. A elas está associada a chegada de capitais externos, nacionais e multinacionais, entre os mais significativos no mundo nos respectivos ramos, tais como a multinacional Del Monte Fresh Produce, que atua na fruticultura em mais de cinquenta países em

todos os continentes, uma das três mais importantes empresas produtoras e exportadoras de frutas do mundo, assim como a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). A instalação dessas empresas em Mossoró ou na região sob sua influência constitui um verdadeiro marco para qualquer periodização que se faça sobre a cidade ou região, dados os profundos impactos socioeconômicos e espaciais que advêm desde então.

É importante lembrar que Mossoró é hoje o primeiro produtor brasileiro de petróleo com exploração em terra e o segundo em volume geral (terra e mar). Da mesma forma, concentra a quase totalidade da extração de sal do país, assim como é o principal produtor brasileiro de melão, voltado, em grande parte, para a exportação para a Europa e Estados Unidos. Dessa forma, em Mossoró e em região sob sua influência, teríamos os territórios do petróleo, do sal e do agronegócio da fruticultura tropical.

Mossoró concentra os serviços e comércios mais importantes para todas essas atividades, tais como os escritórios das principais empresas agrícolas, a sede da Petrobrás e das respectivas prestadoras de serviços, a sede de algumas das mais importantes extratoras e beneficiadoras de sal e vários outros nós dos respectivos circuitos espaciais da produção que se dão, em parte, na região sob sua influência, conectados com várias outras partes do mundo.

Tais atividades têm interessado aos capitais hegemônicos dos respectivos ramos, promovendo a instalação de diversas empresas de capitais não locais, as quais imprimem novas formas de produção, distribuição, armazenamento e consumo; expandem-se muitos novos fixos a partir dos quais se dão múltiplos novos

fluxos, seja de matéria ou de informação, sendo que parte significativa deles é totalmente comandada por interesses exógenos, predominando as verticalidades, por mais que se expandam as horizontalidades. Tudo isso culmina em significativo aumento da densidade técnica e normativa do espaço urbano e agrícola de Mossoró e região e, conseqüentemente, em processos de reestruturação urbana e regional.

O crescimento das atividades supracitadas acaba por propiciar a instalação de um número grande e diversificado de estabelecimentos que oferecem comércios e serviços especializados, alguns bastante modernos, antes restritos às principais capitais do país, associados ao consumo produtivo (Santos, 1988, 1996), ou seja, aqueles inerentes às demandas primordiais das três principais atividades econômicas, em especial, as que evidenciam a atuação de novos agentes econômicos na cidade e região.

Tais produtos e serviços são oferecidos por empresas modernas e são bastante importantes, especialmente para o agronegócio e para a extração de petróleo e gás, acirrando a divisão territorial e social do trabalho, intensificando as trocas de várias naturezas, com profundos impactos na vida social e no território. Poderíamos destacar, por exemplo, que parte do processo produtivo comandado pela Petrobrás é todo terceirizado para uma série de outras empresas, muitas multinacionais, as quais realizam várias e complexas atividades econômicas vinculadas à extração do petróleo.

O consumo produtivo agrícola, por sua vez, como ocorre em todas as áreas de difusão do agronegócio no Brasil (Elias, 2003, 2006, 2007), é um elemento estruturante da economia urbana de Mossoró e cresce, paralelamente, a incorporação de ciência, tecnologia

e informação ao espaço agrário, obrigando Mossoró a suprir suas demandas por insumos materiais e intelectuais. Vale lembrar que, para a difusão do consumo produtivo agrícola, devemos considerar os sistemas de objetos, os sistemas de ação (Santos, 1996) e todos os fluxos correspondentes.

São inúmeras as atividades associadas ao consumo produtivo agrícola geradas pelo agronegócio, especialmente do melão e da banana, em Mossoró: empresas comerciais (máquinas e implementos agrícolas, sementes selecionadas, produtos veterinários, agrotóxicos, etc.); empresas de serviços (pesquisa agropecuária, análise de solos, aviação agrícola, consultoria agrícola, telefonia rural, irrigação, manutenção de máquinas agrícolas, informática, empresas de gestão de recursos humanos, de transporte de cargas, entre outras). É possível observar, inclusive, certa especialização na cidade voltada à comercialização de tais insumos, ao longo da BR 304.

Entre as conseqüências desse crescimento das atividades econômicas, temos uma grande atração de mão de obra de várias partes do país, especializada ou não. Isso somado ao êxodo rural promovido pela concentração fundiária com a instalação das empresas agrícolas contribui, sobremaneira, para novas dinâmicas populacionais em Mossoró e região. Somente citando Mossoró, a população total do município passa de pouco mais de 97 mil para cerca de 214 mil habitantes, de 1970 a 2000, de acordo com dados do IBGE (Sidra). Em igual período, o crescimento da população urbana foi ainda superior, quando passa de cerca de 79,5 mil para 199 mil habitantes. Dessa forma, em trinta anos, a população urbana cresceu cerca de 2,5 vezes. No que tange à taxa de urbanização, atinge os 93% no ano 2000.

O dinamismo da economia contribuiu para significativas mudanças nas relações sociais de produção, com a expansão do mercado de trabalho formal, mesmo na agricultura, até então baseada praticamente em relações pouco ou não monetarizadas, imprimindo muitas novas sociabilidades ao setor. Os dados do mercado de trabalho formal constituem um bom indicador para podermos observar características importantes da estrutura, evolução e dinamismo da economia de Mossoró. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), temos que o número de empregados formais em todas as atividades econômicas em Mossoró somava cerca de 19,5 mil e 47,5 mil, em 1991 e 2007, respectivamente.

Vale destacar que algumas características da urbanização de Mossoró acompanham a realidade nacional, tais como a de urbanização recente fortemente inerente à difusão do comércio e serviços. Assim sendo, desde a década de 1990, é possível observar predominância do setor no total de pessoas empregadas formalmente, somando 46,5% no ano de 2007. Se a essas somarmos os empregados em administração pública, o percentual sobe para 60%.

Conhecer a expansão do consumo, seja produtivo, seja consumptivo, e suas formas, intensidades, qualidades e natureza dos fluxos, de matéria e de informação, são importantes para indicar o leque de novas relações entre a cidade e o campo, entre os espaços urbanos da região sob influência de Mossoró, assim como as relações desta com o restante do mundo, explicitando formas de organização interna da cidade e as novas relações entre os diferentes elos das empresas que, de alguma forma,

realizam parte de seus circuitos espaciais de produção em Mossoró e região.

Observa-se, também, uma elevação da média salarial dos trabalhadores especializados, associados aos novos agentes econômicos instalados na cidade e região, expandindo a classe média. Para isso contribui, também, o aumento de funcionários públicos; de profissionais liberais; de técnicos associados à extração de petróleo; de agrônomos trabalhadores das empresas agrícolas, etc. Devemos considerar, também, o pagamento dos *royalties* por parte da Petrobrás, a qual injeta uma quantidade de dinheiro considerável na cidade e região.

Mesmo que a classe média ainda seja relativamente pequena perante a população total, possui poder aquisitivo mais elevado e suficiente para propiciar o surgimento de um número importante de casas comerciais e de serviços especializados voltados às demandas da população e às novas lógicas do consumo, contribuindo sobremaneira para o crescimento do consumo consumptivo.

Poderíamos destacar os inerentes à saúde especializada; educação superior; transportes rodoviários intermunicipais e interestaduais; serviços de segurança privada; administração pública, etc. Podem ser observados, também, através da implantação de ramos de atividades representativas da atuação dos novos agentes econômicos, de redes de venda de eletrodomésticos e eletrônicos; de empresas do setor imobiliário; de supermercados e hipermercados; de agências bancárias, etc.

Recentemente, a entrada de capitais externos vem gerando novas lógicas de localização das atividades comerciais e de serviços, redefinindo a centralidade de Mossoró em suas diferentes escalas. Em julho de 2007, foi

inaugurado o primeiro *shopping center*, tendo à frente capital italiano atuante no ramo da construção civil sediado em Fortaleza. Entre as mais recentes inaugurações, podemos citar, também, a instalação de um outro grande equipamento defronte ao *shopping center*, em agosto de 2008, o primeiro hipermercado de capital multinacional, o Atacadão, pertencente à mesma *holding* na qual está inserido o Carrefour.

Todo esse crescimento urbano ocorreu sem o devido acompanhamento de uma política de desenvolvimento urbano eficaz, pautada em instrumentos de planejamento urbano adequados ao controle da especulação imobiliária, resultando no crescimento das irregularidades fundiárias e numa série de conflitos de uso e ocupação do solo, além de problemas de circulação e mobilidade.

Na ausência de políticas de desenvolvimento urbano e habitacional associadas a processos de planejamento, prevaleceu, nos últimos anos, a lógica do projeto urbano através da qual a gestão do espaço intraurbano passou a ser conduzida mediante intervenções pontuais, orientadas segundo critérios estrategicamente definidos.

Dessa forma, do crescimento urbano de Mossoró emergem, além de formas precárias de moradia associadas à carência de redes de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, os espaços de riqueza, onde passam a predominar condomínios horizontais e verticais, bem como centros comerciais e de serviços, estabelecendo um quadro de segregação socioespacial, configurando-se intensas disparidades intraurbanas.

Aprofundamento das desigualdades socioespaciais

É possível reconhecer um quadro de agravamento das desigualdades socioespaciais em Mossoró, nas escalas regional e intraurbana, mediante a análise das variáveis associadas às suas condições de moradia. Os processos aqui abordados, com o intuito de indicar essas disparidades, associam-se diretamente às transformações ocorridas na estrutura econômica do município e de sua região de influência, evidenciando-se a compreensão de que o espaço urbano, na forma como é produzido, reflete as mudanças históricas nos processos produtivos (Corrêa, 2003).

Com o intuito de identificar os principais processos associados às desigualdades socioespaciais presentes no espaço intraurbano de Mossoró, buscaremos associá-los, em uma primeira análise, aos agentes produtores do espaço urbano, notadamente aqueles voltados à produção residencial.

Nesse sentido, buscaremos analisar as diferentes "cidades" que se superpõem no intraurbano de Mossoró, distinguindo-as da seguinte maneira: a) a cidade das políticas públicas, onde prevalece a localização de conjuntos habitacionais de interesse social; b) a cidade espontânea e informal, correspondente às formas de moradia predominantemente precárias; c) a cidade do mercado imobiliário, agrupando as áreas sob influência do mercado imobiliário voltadas para aqueles com maior poder aquisitivo.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que reconhecemos claramente a presença de interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço, nem sempre explícitas, as quais se tornam, por vezes, visíveis através da análise dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano, formulados pelo poder local.

A cidade das políticas habitacionais de interesse social

Quando analisamos o processo de crescimento urbano de Mossoró, em suas diferentes fases, é possível verificar seu forte atrelamento à distribuição espacial das atividades econômicas de maior importância para a região, ao longo do tempo. Com isso, a cada mudança na sua estrutura produtiva, a morfologia da cidade sofre alterações, definindo-se historicamente os fragmentos que representam o processo desigual como o espaço intraurbano mossoroense vem sendo produzido.

Consolidada como núcleo urbano a partir da sua localização como entroncamento de vias provenientes do Sertão, onde as relações comerciais associadas à pecuária, à cultura do algodão e ao extrativismo de recursos naturais da caatinga se estabeleciam, Mossoró teve a salinicultura como atividade motriz capaz de atrair grandes contingentes populacionais, ganhando posição de destaque na rede urbana regional. Considerando o grande número de postos de trabalho originados com a fase artesanal de extração do sal, motivando progressivos fluxos migratórios, formaram-se áreas

residenciais reconhecidamente homogêneas no seu conteúdo socio-ocupacional, concentradas ao norte da área central. Com isso, ficou estabelecido, ao longo de sua evolução urbana, uma diferenciação entre uma parte que reunia o centro comercial e seus bairros residenciais adjacentes, melhores providos de serviços urbanos, e outra ao norte, onde vivia a mão de obra salineira, predominando as moradias inadequadas e a precariedade urbana.

A década de 1970 é um marco para a história de Mossoró. Intensificaram-se os movimentos populacionais do campo para a cidade, motivados pelas recorrentes dificuldades da agricultura de subsistência, atividade até então predominante no semiárido nordestino, e, em especial, pela substituição da força-de-trabalho manual pela mecânica na salinicultura. Além disso, reduzem-se as oportunidades de trabalho dada à decadência das atividades agroindustriais de beneficiamento de oleaginosas, principalmente a partir da crise da produção de algodão, ocasionada por pragas nas plantações, trazendo para a cidade um cenário pouco alentador, ampliando-se os espaços da pobreza.

Entretanto, é nessa mesma década que, por conta de sua condição como segundo maior município potiguar, equidistante entre Fortaleza e Natal, constituindo-se num centro regional consolidado, Mossoró passou a ser alvo de programas nacionais de desenvolvimento urbano, vindo a ser incluído em Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano para Cidades de Porte Médio.

Nesse período, o Estado passa a intervir no âmbito da produção habitacional nas suas diferentes esferas: a) federal, a partir da liberação de recursos provenientes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), obtidos junto

ao Banco Nacional da Habitação (BNH); b) estadual, através da Companhia Estadual de Habitação (Cohab-RN), construindo milhares de moradias e implementando redes de infraestrutura urbana; c) municipal, mediante a desapropriação de imóveis para implantação de conjuntos habitacionais, assim como através da formulação de Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró, em 1975, o qual passava a definir, em seu zoneamento, os usos compatíveis com as possibilidades trazidas com a política nacional de desenvolvimento urbano estabelecida pelo governo federal.

Como ocorreu em todo o restante do Brasil, observa-se, desde a implantação do primeiro conjunto habitacional em Mossoró, ainda nos anos 1960, a adoção da localização periférica desses assentamentos. No caso, o primeiro conjunto habitacional de Mossoró foi construído no bairro de Alto São Manoel, ao leste, no outro lado da margem do rio Mossoró, sendo o baixo custo do terreno a justificativa sempre apresentada para tais escolhas. Com isso, pretendia-se induzir a expansão da cidade para o sudeste, em direção a Natal, capital do estado.

Em meados dos anos 1970, por ocasião do Programa Estadual Habitacional, a prefeitura passou a interferir mais diretamente na expansão urbana de Mossoró, ao definir as áreas a serem desapropriadas, via decreto, situadas a noroeste e a sudeste, nas quais os conjuntos habitacionais foram implantados.

É possível afirmar que a escolha dos terrenos para assentamentos residenciais populares veio favorecer os proprietários de glebas vizinhas em áreas intermediárias entre o centro da cidade e essas frentes periféricas onde os conjuntos habitacionais vieram a ser implantados,

visto que essas áreas passaram a contar com redes de infraestrutura urbana e serviços. Além disso, segundo o Plano Diretor de Mossoró, de 1975, contribuiu como fator de escolha dessas localizações periféricas, em especial a noroeste, a localização de distrito industrial, então em implantação, às margens da BR 304, seguindo a lógica do binômio localização das indústrias e política pública de habitação.

Mesmo distantes do Centro e dos serviços urbanos, fatores como a presença de infraestrutura básica e a motivação pelo “sonho da casa própria” tornaram esses conjuntos atraentes para o tipo de demanda habitacional local, em especial as associadas às classes de renda média-baixa. Vale aqui ressaltar que, nesse período, os recursos provenientes do estado foram utilizados não apenas para as classes populares como também para a classe média, mediante a obtenção de financiamentos para a construção da casa própria, utilizando taxas de juros inferiores aos de mercado, assim como longos prazos para o seu pagamento.

Com isso, observa-se que em Mossoró, como na maior parte das cidades brasileiras, a população em situação de exclusão social só não ficou totalmente à margem das políticas habitacionais por conta de sua inclusão como mão de obra para a execução de moradias e redes de infraestrutura.

Ao analisar o processo de urbanização de Mossoró, Pinheiro (2006) destaca que a produção habitacional com recursos do Sistema Financeiro de Habitação através dos programas do BNH, executados pela Cohab-RN e pelo Inocoop, representaram as principais intervenções urbanas dos anos 1970 e 1980, influenciando diretamente na configuração de um novo eixo de expansão da cidade associado

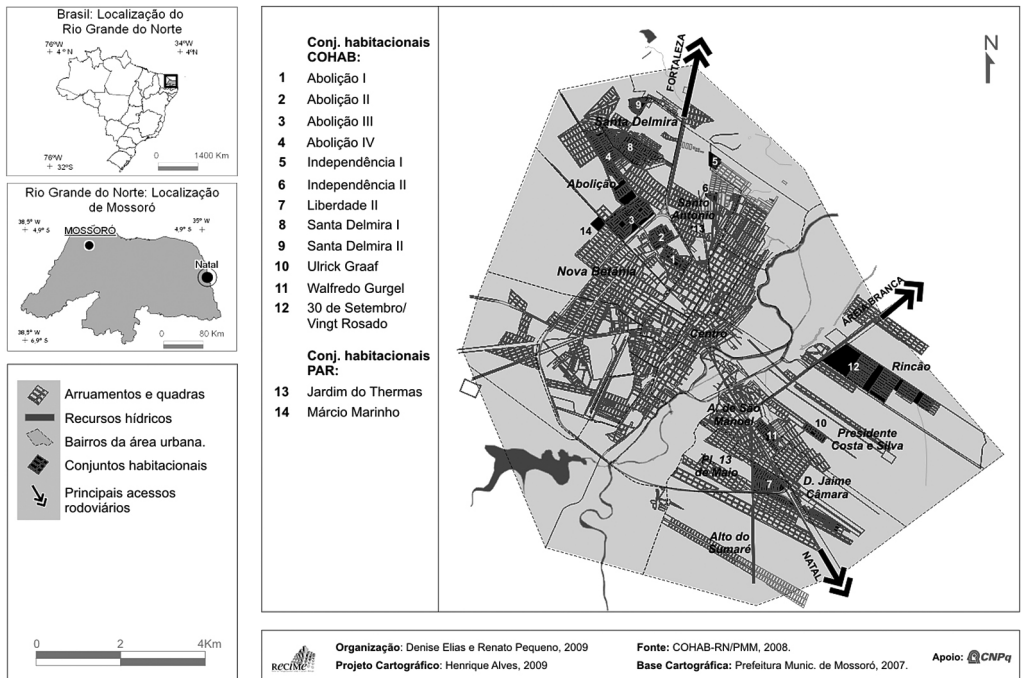
às direções para Fortaleza ao noroeste e para Natal ao sudeste.

Cumpram ressaltar que as diferenças de público-alvo da Cohab-RN e do Inocoop influenciaram na definição da localização dos mesmos. Os conjuntos populares mais distantes, promovidos pela Cohab-RN, voltaram-se para segmentos sociais de renda média-baixa situados na direção noroeste, enquanto que outros, vinculados ao Inocoop, abrigaram segmentos relativamente superiores, mais próximos das áreas de interesse do mercado

imobiliário, a oeste da área central, onde mais tarde veio a se conformar um eixo de segregação residencial.

Nos anos 1990, outros conjuntos vieram a ser construídos. Em parte, os novos núcleos residenciais reforçaram o setor noroeste, porém em terrenos mais distantes do centro. Outros vieram a ser implementados a leste e a sudeste, porém tendo como público-alvo setores de renda média-baixa associados aos usos vizinhos, como as universidades públicas e a Petrobrás, ao longo da BR 304 (Figura 2).

Figura 2 – Mossoró: conjuntos habitacionais, 2008



Fonte: Cohab-RN/PMM, 2008.

Em decorrência da implantação desses conjuntos habitacionais, a cidade passou a vivenciar um processo de crescimento descontínuo. Entretanto, devemos destacar que a localização majoritariamente periférica levou a um quadro de disparidades socioespaciais no acesso aos equipamentos sociais, predominantemente concentrados no centro e bairros vizinhos. Tratando-se de cidade média, onde os serviços públicos de transporte ainda não se faziam presentes, os moradores desses novos setores passaram a enfrentar problemas cotidianos de mobilidade. Vale aqui ressaltar que os problemas da mobilidade urbana remanes-

cem ainda hoje como desafios para os gestores municipais.

Mais recentemente, a produção pública de habitação de interesse social passa a ter nas formas de moradia subnormal, como as favelas e as áreas de risco, o principal indicador para quantificação da demanda, evidenciando processo de fragmentação da provisão de moradia, comprovado pelo número reduzido de unidades habitacionais de cada intervenção. Da mesma forma, algumas iniciativas vêm sendo retomadas, tendo como alvo grupos sociais de renda média, utilizando recursos oriundos da Caixa Econômica Federal (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Pequeno conjunto habitacional destinado às famílias de favela urbanizada



Fonte: Renato Pequeno, 2008.

Figura 4 – Programa de arrendamento residencial implantado com recursos da CEF



Fonte: Renato Pequeno, 2008.

A cidade informal e espontânea

Na forma como foram implementadas, as políticas habitacionais de interesse social das décadas de 1970 e 1980 levaram à consolidação de áreas de exclusão social preexistentes onde viviam os trabalhadores braçais da extração do sal, assim como ao surgimento de dezenas de áreas de ocupação irregular, trazendo para a cidade novos setores marcados pelo acesso desigual às redes de infraestrutura urbana, diretamente associados à distribuição de equipamentos sociais.

Com a extinção do BNH, em 1986, e a consequente redução da intervenção estatal na produção social da moradia, a favelização passa a predominar como alternativa para provisão habitacional por parte das classes sociais menos favorecidas. Desde então, as áreas de favelas passaram por processo de adensamento, num primeiro momento, através da sua expansão para terrenos vagos nas vizinhanças ainda disponíveis para ocupação. Em seguida, essas ocupações irregulares tiveram seus lotes ocupados ao extremo, passando posteriormente a ser alvo de verticalização autoconstruída, substituindo-se as coberturas de telha por lajes, nas quais novos compartimentos vieram a ser edificadas. Todavia, é nas franjas periféricas ao sul e nas proximidades de faixas de preservação permanente que as ocupações espontâneas vêm sendo mais numerosas e precárias, tornando a favela o alvo preferencial das políticas públicas de habitação mais recentes.

No que se refere à localização das áreas de favela na cidade de Mossoró, é possível perceber a presença de dois agrupamentos: a) um

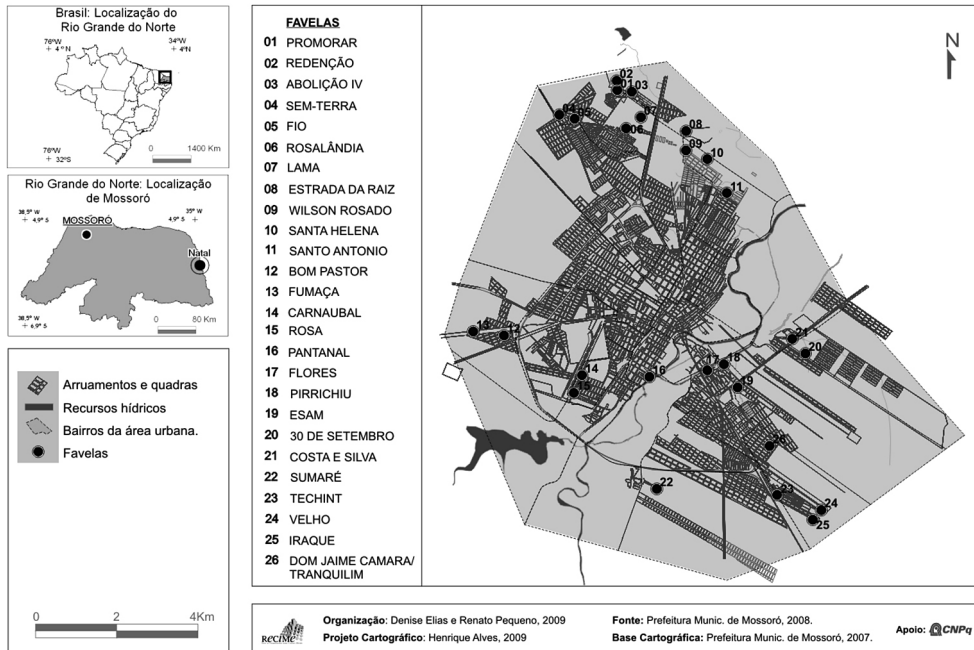
primeiro, do norte da área central a noroeste, aglutinando-se a partir das bordas dos bairros populares ao norte do centro da cidade (outros bairros mais empobrecidos) em direção ao noroeste, onde se localizaram conjuntos habitacionais posteriores à fase do BNH; b) um outro que agrega áreas de ocupação próximas às áreas de preservação permanente ao sul e outras a sudeste, lindeiras aos loteamentos populares e conjuntos habitacionais situados nessa direção.

A presença da cidade ilegal, justamente a mais desigual, reúne, todavia, empreendimentos habitacionais dos diferentes agentes produtores do espaço urbano. Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial da Prefeitura de Mossoró, obtidos em 2008, indicam a presença de quinze loteamentos irregulares, promovidos pelo setor imobiliário privado e destinados à população de baixa renda, desde a década de 1990, conformando um arco periférico entre o noroeste e o sudeste, passando pelas partes mais distantes dos bairros ao norte e a leste da cidade (Figura 5).

A irregularidade apontada para esses assentamentos populares diz respeito à ausência de infraestrutura urbana, assim como à indefinição de áreas públicas institucionais, que apesar de constarem na Lei Federal de Parcelamento do Solo, Lei 6766/1979 como obrigatórias, não foram consideradas na sua totalidade.

Com o intuito de reduzir os custos do empreendimento e maximizar seus lucros, os empreendedores veem nesse modelo de produção da cidade uma maneira de atender às demandas populares não supridas pelo poder local através de políticas públicas. Todavia, na forma precária e inadequada como esses assentamentos são implantados, tem-se, como

Figura 5 – Mossoró: favelas – 2008



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró, 2008.

consequência, a produção de fragmentos periféricos desprovidos de saneamento, cujos espaços livres terminam por alojar favelas, reunindo grupos ainda mais empobrecidos.

No caso de Mossoró, paradoxalmente, a produção irregular da moradia é também constatada a partir da produção habitacional pelo Estado, reunindo cerca de cinquenta assentamentos populares. Em parte, representam pequenos conjuntos habitacionais voltados para áreas de ocupação (favelas) que teriam sido urbanizadas ou removidas, mas cujas condições de relocação ficaram aquém dos requisitos legais. Tratando-se de medidas emergenciais no atendimento às demandas sociais ou mesmo do uso de recursos pulverizados nos anos

posteriores à extinção do BNH e da Cohab-RN, esses núcleos de moradia popular mais recentes acabam por não atender aos parâmetros mínimos da legislação urbanística municipal, que também não se adequou à nova realidade. Sendo o município seu próprio controlador e fiscal, abrem-se assim as oportunidades para a implantação de formas irregulares com a anuência dos órgãos municipais.

Esse processo de favelização, reconhecido em blocos, porém disperso e fragmentado pelas franjas periféricas da cidade, tem representado a principal demanda por políticas públicas de habitação mais recentes. Tratando-se de favelas de pequeno porte no que se refere ao número de famílias, o poder local tem buscado

viabilizar a sua remoção, especialmente em duas situações: a) localizações estratégicas associadas a investimentos futuros de parcerias público-privadas; b) ocupações em áreas de preservação ambiental permanente (Figura 6).

Noutros casos, observa-se que a alternativa tem sido a urbanização da área com um mínimo de necessidade de remoção definitiva de moradias, dando-se preferência à implantação das redes de infraestrutura, ao remanejamento de partes de algumas moradias para a abertura de vias e instalação de saneamento. Como medida de menor custo, progressivamente adotada nas gestões desde meados dos anos 1990, as práticas de urbanização permitiriam ao município estabelecer um horizonte futuro no qual Mossoró não mais teria favelas. Permanece, em muitos casos, a indefinição quanto à situação fundiária posterior à urbanização, requerendo-se assim um programa

complementar que viabilize a regularização sustentável dessas áreas (Figura 7).

Trabalhos de campo realizados em 2008, quando percorremos áreas periféricas da cidade, fizeram-nos concluir que a realidade da desigualdade urbana, em relação à expansão de áreas de ocupação se dá em progressão geométrica, ampliando o desafio do poder local no enfrentamento da questão habitacional.

Ainda que tenha havido a tentativa de erradicar as moradias feitas de taipa, a cada dia, novas casas são erguidas utilizando tal material, refletindo o quadro de modernização excludente que tem predominado na cidade, onde as oportunidades atraem a muitos, mas efetivamente são alcançadas por poucos. Em sua maior parte, essas novas moradias têm sido construídas em situações de risco, seja às margens de recursos hídricos, seja ao longo das linhas de alta tensão.

Figura 6 – Favela em área de risco às margens de córrego canalizado



Fonte: Renato Pequeno, 2008.

Figura 7 – Favela urbanizada através de programa municipal



Fonte: Renato Pequeno, 2008.

Deve-se aqui ressaltar a importância que a questão habitacional vem tendo por parte do poder local, o qual demonstrou ter compreendido que as ações nesse setor deveriam ser empreendidas a partir do âmbito municipal. Apesar da extinção da Cohab-RN, o município buscou recursos para realizar intervenções voltadas para amenizar o problema habitacional, inclusive elaborando, em 2003, um Plano Estratégico para Moradias em Assentamentos Subnormais (PEMAS), visando a formulação de política municipal de habitação, junto ao Programa Habitar Brasil, com recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Todavia, constata-se que até aqui não houve um processo de planejamento na condução dessas ações, as quais se configuram como intervenções pontuais realizadas a partir de oportunidades de recursos obtidos junto a diversas fontes, evidenciando o que Cardoso (2002) denominou lógica perversa da municipalização das políticas habitacionais.

A cidade do mercado imobiliário

A compreensão das desigualdades sócio-habitacionais em Mossoró torna-se mais clara quando se buscam identificar as áreas nas quais têm havido maiores investimentos do setor imobiliário formal. Ainda que as empresas atuantes no setor imobiliário sejam poucas numerosas e recentemente instaladas, inclusive havendo espaço para a chegada de empreendedores do setor provenientes de Fortaleza (CE), Natal (RN) e João Pessoa (PB), é perceptível o

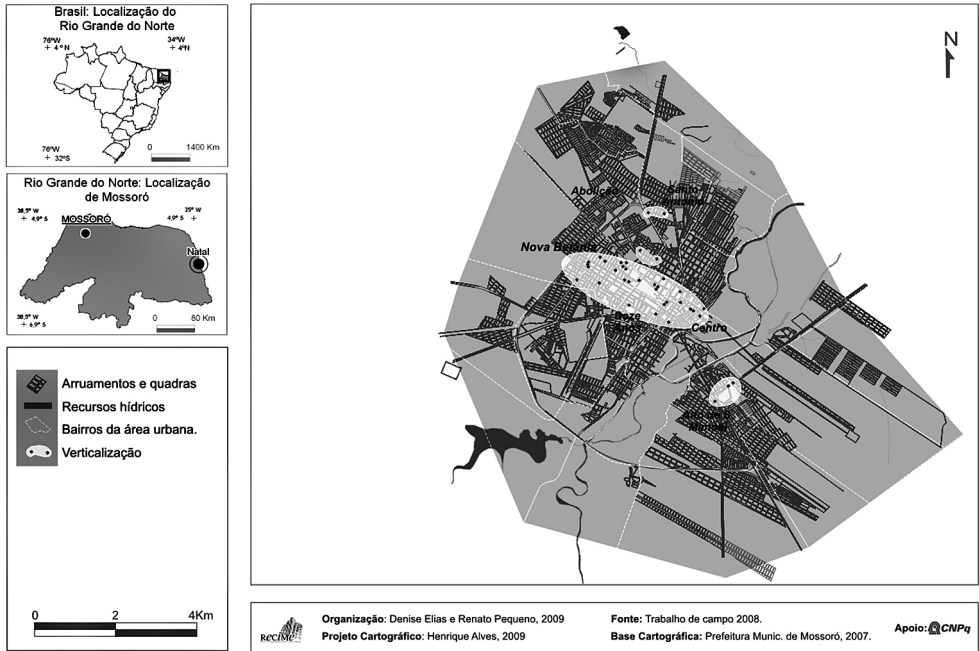
dinamismo desse setor na cidade, notadamente pela concentração de empreendimentos a oeste do centro tradicional em direção à nova centralidade que está se formando, onde já estão o *shopping center*, o hipermercado de capital multinacional (Atacadão), a universidade privada e alguns loteamentos fechados, dentre os quais o recém-lançado Alphaville Mossoró, integrante da famosa rede de empreendimentos imobiliários original de São Paulo.

A verticalização na cidade de Mossoró encontra-se em sua maior parte concentrada desde o centro tradicional indo em direção a oeste, onde os loteamentos fechados passam a ser implantados. Voltados para famílias de renda média-alta, os condomínios verticais ocupam grandes lotes remanescentes da primeira fase de ocupação do bairro Nova Betânia, marcada pela construção de residências unifamiliares em grandes lotes (Figura 8).

Destacamos aqui a crescente presença, em Mossoró, de condomínios horizontais como uma forma diferenciada dos loteamentos fechados, em sua maioria localizados no mesmo bairro que concentra a verticalização. Com porte igual ou menor ao de uma quadra, esses condomínios residenciais apresentam um número reduzido de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, tendo as áreas de lazer, via de acesso interno e os serviços condominiais compartilhados (Figuras 9 e 10).

Mais recentemente, passam a ser lançados pelo mercado imobiliário alguns loteamentos fechados, os quais se diferenciam pelo tamanho da área e pela presença de sistema viário privativo entre muros. A Figura 11 reúne os loteamentos fechados aprovados nos últimos anos no espaço intraurbano de Mossoró. Observa-se que os mesmos se concentram em

Figura 8 – Mossoró: processo de verticalização – 2008



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Figura 9 – Novos condomínios verticais concentrados no bairro Nova Betânia



Fonte: Renato Pequeno, 2008.

Figura 10 – Condomínios horizontais e verticais justapostos no mesmo setor



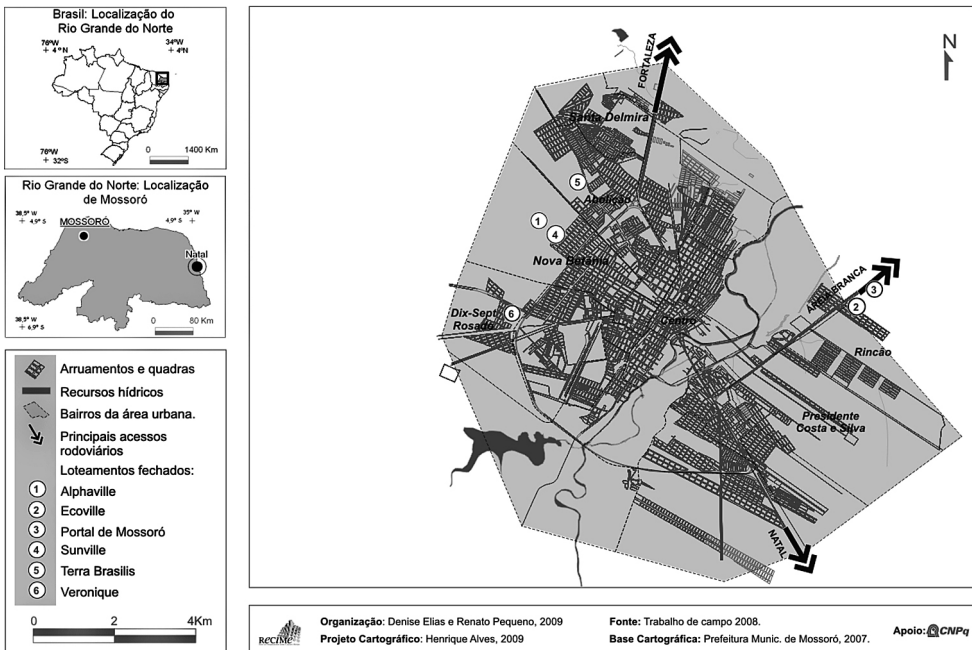
Fonte: Renato Pequeno, 2008.

dois setores: na porção oeste da cidade, próximos a grandes áreas vazias; na parte leste, em direção a Areia Branca.

Somados aos condomínios verticais e horizontais presentes no Bairro Nova Betânia, essas formas de parcelamento do solo se apresentam como grandes alvos de especulação imobiliária, induzindo a implantação de infraestruturas urbanas – como as redes de água e esgotamento sanitário – e sistema viário nessas direções, em detrimento de vasta periferia desprovida de boas condições de habitabilidade urbana (Figura 11).

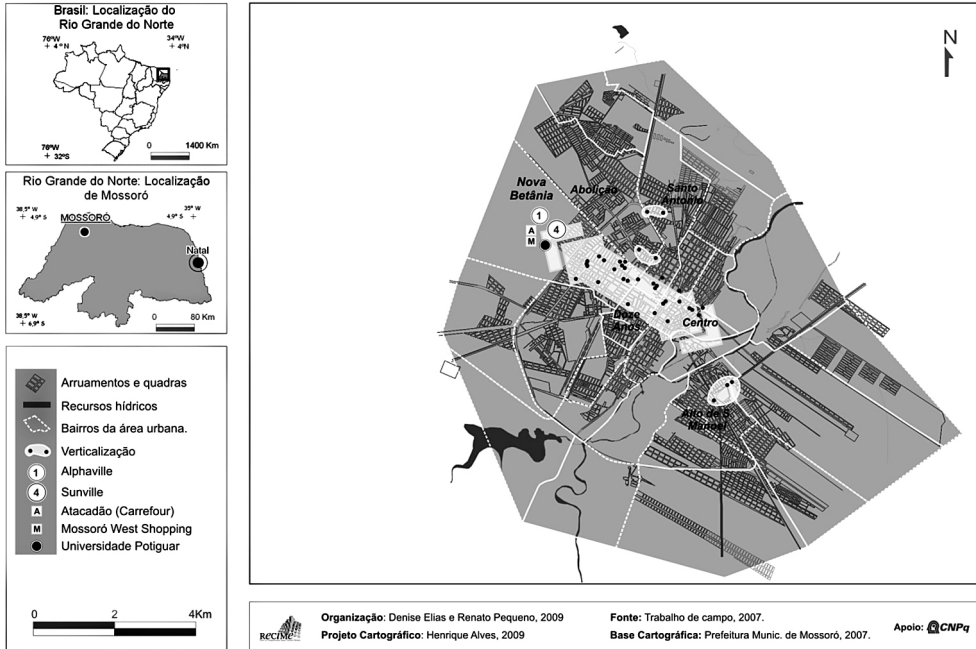
Tomando como ponto de partida a espacialização de processos de produção de moradia voltados para famílias de maior poder aquisitivo, como da verticalização e a produção de condomínios horizontais e loteamentos fechados, é possível identificar a presença intensiva do setor imobiliário desde o centro da cidade em direção ao setor oeste, configurando verdadeiro eixo de segregação residencial, onde, como afirma Villaça (1998), se reproduz a lógica da apropriação por parte das elites dominantes dos investimentos públicos feitos em infraestrutura (Figura 12).

Figura 11 – Mossoró: loteamentos fechados – 2008



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Figura 12 – Mossoró: eixo de segregação



Fonte: Trabalho de campo, 2007.

Outros bairros a sudeste foram alvo de investimentos imobiliários privados voltados para a produção de residências unifamiliares, porém, diante das condições existentes de infraestrutura urbana, findaram por não vingar com a mesma intensidade, passando a prevalecer a implantação de loteamentos populares.

Tratando-se das melhores localizações da cidade, dotadas inclusive de maiores condições de mobilidade e de acessibilidade aos serviços urbanos, esse eixo se subdivide em três partes distintas: a) trecho inicial com edifícios verticais

mais próximos ao centro, junto às áreas residenciais tradicionais que ainda remanescem próximas ao centro; b) trecho intermediário onde se observa a presença de residências unifamiliares de maior porte e melhor padrão justapostas a novos edifícios residenciais verticais e de condomínios horizontais, prosseguindo até a BR 304; c) trecho final, desde a BR 304 em direção a oeste, onde ocorre a nova frente de expansão do mercado imobiliário agrupando o trinômio: loteamentos fechados, *shopping center* e universidade privada.

Ressalta-se, todavia, a complementaridade entre essa nova centralidade e o centro tradicional mediante a interligação viária facilitada entre os mesmos através de avenida estruturante do eixo de segregação, tornando-se ambos disponíveis aos setores privilegiados que se apropriaram das melhores localizações no espaço urbano.

Análise realizada nos anúncios populares contidos nos dois periódicos diários locais para os anos de 2007 e 2008⁵ comprovam essa análise, dada a presença de imóveis residenciais para locação ou venda situados nesses bairros a preços inferiores em relação aos imóveis com as mesmas características situados nos bairros atravessados pelo eixo de segregação residencial.

Acreditamos que diante da realidade local, similar ao que ocorre com a grande maioria das cidades brasileiras, não exista demanda com poder de compra suficiente para que duas áreas distintas sejam alvo de investimentos imobiliários, remanescendo por conta disso alguns empreendimentos imobiliários na direção sudeste repletos de vazios e com infraestruturas urbanas inacabadas, ainda que tenham sido destinados à classe média.

Seguindo claramente um caminho de politização e espetacularização de algumas festas tradicionais à cidade e região como forma de legitimar o poder, a oligarquia que está à frente do executivo municipal, há décadas, fez a opção pela realização de vultosos investimentos para a construção de alguns equipamentos para receber grandes eventos. Numa sociedade na qual a cultura adquire valor de mercado, tal processo tem rebatimento na reorganização do espaço urbano (Bezerra, 2007).

Mossoró passou a contar, assim, com portentosos investimentos públicos na área central, configurando-se num processo de embelezamento de seus espaços públicos, recuperação de alguns equipamentos socioculturais e mesmo a implantação de novos edifícios e equipamentos para realização de grandes eventos, todos eles situados em volta da área central. Merece ser destacada uma intervenção urbanística ao longo do trecho central da via férrea, trazendo um novo significado para esse setor da cidade, reunindo num só conjunto: museu, teatro, memorial, parque infantil, praça de alimentação, entre outros,

Constatamos estar diante de uma situação na qual se consolida uma bipolarização de centralidades principais da cidade, interligadas por avenida que se constitui em eixo da segregação residencial, onde, por um lado, o centro tradicional foi complementado com investimentos públicos nesses novos equipamentos e, por outro, a nova centralidade se consolida a cada novo empreendimento imobiliário residencial ou inerente ao terciário. A facilidade de acesso através de vias regionais, como a BR 304, também confirma essa hipótese, visto que as duas centralidades, quando associadas, assumem um caráter regional, atendendo a demandas de outros vários municípios vizinhos.

Percebe-se ainda que, nas margens dessa intervenção urbanística na área central, já se delineia a presença de futuros investimentos imobiliários verticalizados por conta de novos edifícios residenciais já realizados ou em construção. Esse adensamento pode ser associado ao aumento do preço da terra no mercado imobiliário, o que leva à intensificação do uso do solo urbano, à progressiva homogeneização de

sua população e à segregação residencial. Com isso, abre-se o caminho para processos especulativos nesse setor, que poderão significar o retardamento da implantação de investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos sociais nos bairros periféricos populares, ampliando-se, assim, a profundidade do fosso entre os diferentes grupos sociais presentes na cidade.

À guisa de conclusão

Considerando as análises realizadas para os diferentes temas da pesquisa, é possível reconhecer um conjunto de aspectos, os quais podem ser mencionados como singularidades, desse peculiar espaço urbano não metropolitano organizado por Mossoró. A expansão da produção e do consumo de produtos modernos e sofisticados, inerente ao período histórico atual evidencia mudanças no espaço urbano de Mossoró, assim como seu reforço enquanto cidade que polariza um mercado regional.

Parece-nos, então, que, em termos de funções regionais, Mossoró exerce alguns papéis regionais clássicos de cidade média para atividades como ensino superior, saúde, comércio e serviços especializados. Da mesma forma, desempenha um papel importante no oferecimento de parte das demandas das principais atividades produtivas que se dão na sua área de influência, compondo um conjunto urbano e econômico maior. Vale destacar que esses papéis regionais se combinam com interesses e comandos advindos de outras escalas. Tudo isso tem resultado, entre outros impactos, em mudanças na estrutura fundiária, transformações nas relações de trabalho e, especialmente,

modificações nos padrões de urbanização e de estruturação da cidade.

Apesar do quadro de desigualdades identificado a partir das condições de moradia, a recente elaboração do Plano Diretor Municipal, elaborado em 2006, segundo os princípios propostos pela Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – leva-nos a perceber um cenário em que as desigualdades até aqui identificadas tendem a remanescer. A partir da análise desse Plano, constata-se que o mesmo pretende a utilização de quase todos os instrumentos disponibilizados pelo Estatuto supracitado, seja para regularização fundiária, seja para combate da especulação imobiliária ou mesmo para a promoção da gestão democrática e participativa.

Por um lado, aponta para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas franjas periurbanas de Mossoró, ao norte e ao sul, próximas às áreas em que predomina a exclusão social. Por outro, destaca a criação de zonas especiais de adensamento, reunindo os bairros próximos ao centro, induzindo investimentos imobiliários que reforçam as boas localizações da cidade. Além disso, ao definir uma superfície de 2.000 metros quadrados como limite mínimo de vazio que não esteja cumprindo com a função social da propriedade, restringindo-se à mesma zona especial de adensamento, favorece os processos de especulação imobiliária presentes na direção oeste, onde se configuram a nova centralidade e os novos investimentos.

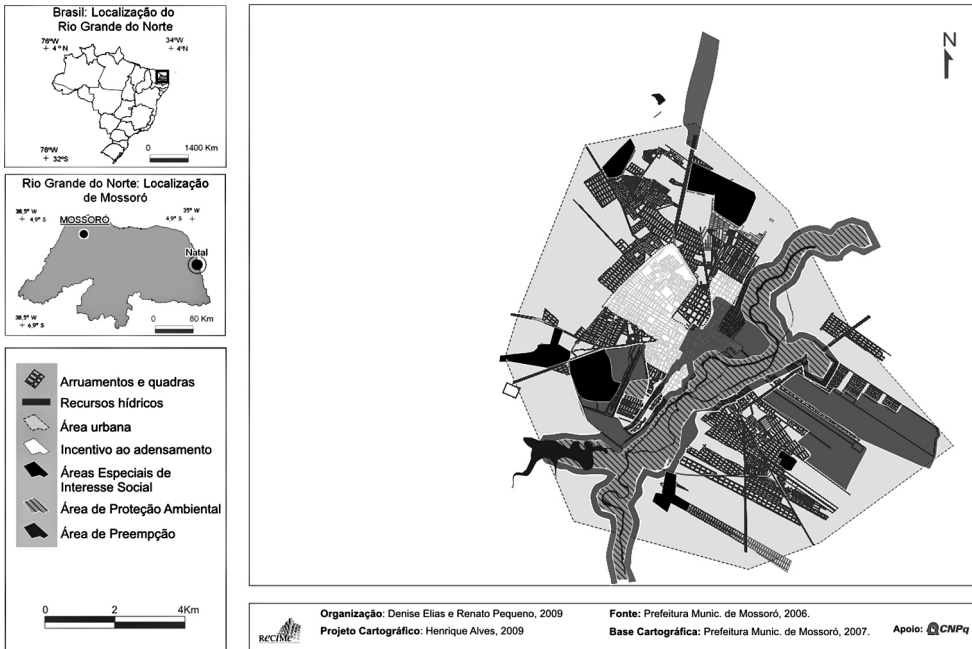
Com isso, investidores privados do setor imobiliário tendem a se voltar para um mesmo setor da cidade, atendendo a uma demanda específica das classes de maior poder aquisitivo. Assim, consolida-se um eixo de segregação

residencial, promovendo-se cada vez mais a sua diferenciação social em relação às demais áreas e bairros.

Analisado segundo a presença de novos instrumentos de gestão do solo urbano e considerando a realidade sócio-habitacional diagnosticada através de trabalhos de campo, observa-se que as áreas consideradas como ZEIS incluídas no plano diretor se situam, majoritariamente, nas franjas periféricas da cidade, ao norte, a noroeste, a sudoeste e ao sul, onde o quadro de exclusão social é a regra. Por outro lado, os instrumentos voltados para o combate

à especulação imobiliária, disponibilizados nessa lei e adotados no Plano Diretor municipal vigente, têm sua eficácia comprometida, em função de sua utilização restrita ao centro e aos bairros limítrofes onde os vazios são de pequeno porte e em reduzida quantidade. Vale apontar que o limite mínimo considerado para que um vazio urbano não esteja cumprindo com a função social da propriedade é da ordem de 2 mil metros quadrados. Entretanto, observa-se que os fragmentos desse porte, que remanescem sem ocupação, são em número bastante reduzido (Figura 13).

Figura 13 – Mossoró: instrumentos de combate à especulação imobiliária – 2006



Fonte: Prefeitura Municipal de Mossoró, 2006.

Além disso, nas áreas onde a especulação imobiliária se mostra mais forte, como nas áreas de expansão a oeste e a noroeste, além da BR 304, não se encontra previsto o uso do parcelamento, edificação e utilização compulsória, instrumento que antecede a aplicação do imposto predial e territorial urbano progressivo. Ressaltamos a presença de grandes glebas vazias em notável processo de especulação, como a Fazenda São João, as quais passaram a abrigar os novos empreendimentos imobiliários residenciais e do terciário.

Ainda que se possam identificar enormes espaços vazios na cidade, por conta de seu processo desordenado de crescimento, o Plano Diretor delimita como Zona Especial de Adensamento o conjunto de bairros adjacentes ao centro (direções norte e sul) e outros, que de modo contínuo se orientam para o oeste, indo até a BR 304, onde a ocupação tem sido mais intensivamente produzida.

Essa mesma Zona de Adensamento coincide com a utilização de outros instrumentos de combate à especulação imobiliária, dentre os quais o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória, antecedendo a adoção do IPTU progressivo no tempo, o qual apresenta percentual de crescimento nas alíquotas bastante reduzido. Assim, o Plano Diretor deverá consolidar essa área como aquela favorável a novos investimentos do setor imobiliário.

Com isso, investidores privados e consumidores de moradia produzida pelo setor imobiliário tendem a voltar os olhos para um mesmo setor da cidade, promovendo, cada vez mais a sua diferenciação social em relação às

demais áreas e bairros. Configura-se, assim, a partir do que a nova política urbana estabelece, a reprodução de velhos processos com novas roupagens: a consolidação de uma cidade dividida entre a cidade do mercado imobiliário e a cidade informal; a disponibilidade de grandes vazios periféricos como alvo para novos programas habitacionais, pautados em velhos modelos.

Há o interesse de que a pesquisa que estamos realizando ofereça elementos consistentes à análise desse espaço urbano não metropolitano, verificando em que medida ele estabelece identidades com outras cidades de mesmo porte, com as mesmas ou distintas funções, já que o movimento de expansão do capitalismo tende a promover homogeneidades. Por outro lado, sabemos que uma mesma variável tem diferentes impactos conforme o lugar na qual se apresenta, para tanto dependendo do jogo de relações entre os mais diferentes pares dialéticos (Santos, 1988) possíveis para análise do espaço e da sociedade. Essa constatação estimula o estudo e a análise do papel de diferentes atores que alteram de forma diversa os processos de estruturação urbana e regional.

Dessa forma, nossa pesquisa reflete, de um lado, um caminho que vem sendo trilhado e, ao mesmo tempo, mostra que há muito trabalho a ser feito para que possamos, de fato, conhecer melhor as mudanças que vêm se processando nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos no Brasil, à medida que se amplia o movimento de ocupação do território brasileiro e o integra de forma mais articulada à economia globalizada.

Renato Pequeno

Arquiteto e Urbanista. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil.

renatopequeno@gmail.com

Denise Elias

Geógrafa. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil.

deniselias@uol.com.br

Notas

- (1) O presente texto é composto de fragmentos de dois relatórios de pesquisa, respectivamente Elias e Pequeno, 2008 e 2009. Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada durante o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - 20 anos de reflexões sobre o urbano e a cidade - Transformações e Tendências, ocorrido em Brasília, em 2009.
- (2) Intitulada Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional, coordenada pelas professoras Maria Encarnação Sposito, da Unesp, *campus* Presidente Prudente, e Denise Elias, da UECE, com o apoio do CNPq Edital 07/2006. Como objeto de estudo, a pesquisa teve um conjunto de oito cidades representativas da realidade brasileira: Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Itajaí (SC), Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP), Marília (SP), Passo Fundo (RS) e Uberlândia (MG). Para informações sobre a pesquisa pode ser visto Sposito et al. (2007).
- (3) A pesquisa teve quatro temas principais como pilares, notadamente a difusão do agronegócio; a descentralização da produção industrial; a difusão do comércio e dos serviços especializados; e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.
- (4) Estudos do IBGE para definição das regiões de influência de cidades apontam, desde 1993, que municípios do oeste paraibano, do litoral leste e do baixo Jaguaribe no Ceará encontram-se sob influência de Mossoró.
- (5) Dados coletados junto aos arquivos dos periódicos locais: *Gazeta do Oeste* e *O Mossoroense*, pesquisados entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2009.

Referências

- BEZERRA, A. C. A. (2007). "Cidade, festa e identidade em tempo de espetáculo". In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do e ARRAIS, T. A. (orgs.). *Itinerários geográficos*. Niterói, EdUFF, pp. 171-189.
- CARDOSO, A. (2002). Política habitacional: a descentralização perversa. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, IPPUR/DP&A, ano XV, n. 1, jan-jul.

- CORRÊA, R. L. (2003). *O Espaço Urbano*. 4 ed. São Paulo, Ática.
- ELIAS, D. (2003). *Globalização e agricultura*. São Paulo, Edusp.
- _____. (2006). "Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola". In: ELIAS, D.; SILVA, J. B. da e LIMA, L. C. (orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira: problemáticas contemporâneas*. São Paulo, Annablume/Anpege.
- _____. (2007). "Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas". In: SPOSITO, M. E. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular.
- ELIAS, D. e PEQUENO, R. (orgs.) (2006). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza, BNB.
- _____. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1.
- _____. (2008). Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional. A Cidade de Mossoró (RN). Relatório Parcial de Pesquisa. Presidente Prudente, CNPq, setembro.
- _____. (2009). Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional. Mossoró (RN). *Anais do Workshop da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)*. Argentina (Tandil), UNCPBA, maio.
- FELIPE, J. L. A. (2001). *A (Re)Invenção do Lugar. Os Rosados e o "país de Mossoró"*. João Pessoa, Grafset.
- PINHEIRO, K. L. C. B. (2006). *O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual*. Dissertação de Mestrado. Natal, UFRN.
- SANTOS, Milton (1986). "Os circuitos espaciais da produção". In: SANTOS, M. e SOUZA, M. A. A. de (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo, Nobel.
- _____. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec.
- SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. M. e GOMES, E. T. A. (2007). "O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica". In: SPOSITO, M. E. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel.

Texto recebido em 13/fev/2010

Texto aprovado em 2/jun/2010

